



AÇÃO COLETIVA E CRIAÇÃO DE VALOR: UM ESTUDO NA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE CORUMBATAÍ DO SUL (PR)

Isielli Mayara Barzotto Martins Tierling¹
Carla Maria Schmidt²

Resumo

Este estudo utilizou-se dos métodos qualitativo e explicativo, através da pesquisa documental e entrevistas, para que pudesse analisar a influência (positiva e/ou negativa) das variáveis da Teoria de Ação Coletiva sobre a criação de valor aos produtores familiares associados à APROCOR. Como principal resultado, destaca-se a “Racionalidade individual *versus* a racionalidade coletiva” como uma variável da Teoria da Ação Coletiva que possui capacidade de influência em todas as demais variáveis, uma vez que reflete a forma de compreensão e, conseqüentemente, a atitude dos indivíduos na atuação conjunta com os demais indivíduos. Conclui-se que as características do grupo aliadas à forma como a ação coletiva se efetiva proporcionam diferentes resultados na criação de valor.

Palavras-chave: Ação coletiva; Criação de valor; Agricultura familiar; Associação de produtores

Recebimento: 8/4/2016 • Aceite: 15/12/2016

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE campus de Toledo. Professora no curso de Ciências Contábeis da UNESPAR campus de Campo Mourão, PR, Brasil. E-mail: isi_barzotto@hotmail.com

² Doutora em Administração pela Universidade de São Paulo, Brasil (2010) Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR – Brasil. E-mail: carlamariaschmidt@hotmail.com

COLLECTIVE ACTION AND VALUE CREATION: A STUDY IN SOUTH CORUMBATAÍ PRODUCERS ASSOCIATION (PR)

Abstract

This study used the qualitative and explanatory methods by desk research and interviews, so he could analyze the influence (positive and / or negative) of the variables of Collective Action Theory on creating value to family farmers associated with APROCOR . The main result , there is the "individual rationality versus collective rationality " as a variable of the Theory of Collective Action that has the capacity to influence all other variables, since it reflects the way of understanding and, consequently , the attitude of individuals in joint action with other individuals. It is concluded that the group characteristics together with the way to effective collective action provide different results in value creation.

Keywords: Collective action; Value creation; Family farms; Producers Association

Introdução

Nas comunidades rurais são comuns ações espontâneas que promovem a solidariedade, a cooperação e a união das pessoas. São práticas de ajuda recíproca que oportunizam o convívio e a integração social, mas que representam também uma segurança mútua em situações de dificuldade. Algumas dessas ações são espontâneas e individuais, como o auxílio em um dia de trabalho e o compartilhamento de materiais e equipamentos; já outras são organizadas em grupo, como um mutirão para manutenção de uma estrada ou para reforma de um local público (WICKERT, 2007). Assim, a partir da prerrogativa de que a cooperação entre os indivíduos otimiza tarefas e resultados econômicos e sociais, comumente produtores rurais têm se organizado na forma de cooperativas e associações, além de redes, *clusters*, fundações, dentre outras. (POWELL, 1990; MENÁRD, 2004; SAES, 2008, SCHMIDT, 2012).

É neste contexto que as ações coletivas têm sido evidenciadas pela literatura como mecanismos de superação das dificuldades do pequeno produtor rural, além de proporcionar vários benefícios aos atores envolvidos nessas ações de cooperação (SACHS, 2003). A partir disso, a Teoria da Ação Coletiva busca explicar porque os indivíduos cooperam se há dificuldades a serem enfrentadas coletivamente e os indivíduos poderiam se beneficiar dos resultados coletivos atuando apenas como caronas nestas ações, atribuindo a probabilidade de o indivíduo cooperar para os diversos fatores que caracterizam a ação grupal (OLSON, 1999; OSTROM, 2007).

Assim, este estudo fundamenta-se na Teoria da Ação Coletiva, tendo como objeto de estudo os produtores rurais familiares associados à Associação de Produtores de Corumbataí do Sul – APROCOR, cujo foco é a produção de frutas frescas. A partir da identificação das dificuldades e benefícios dos produtores envolvidos nesta ação coletiva, o objetivo central desta pesquisa foi analisar a influência (positiva e/ou negativa) das variáveis da Teoria de Ação Coletiva sobre a criação de valor aos produtores familiares associados à APROCOR.

Para isso, este estudo apresenta, além desta introdução, uma breve revisão de literatura sobre a Teoria de Ação Coletiva, a metodologia de pesquisa utilizada, bem como, a análise e resultados desta pesquisa.

A teoria da ação coletiva

O termo “ação coletiva” remete ao entendimento de uma atuação grupal ou ainda um ato cometido ou provocado por duas ou

mais pessoas, sendo abordado por diversas ciências, dentre elas, a jurídica, a econômica e as ciências sociais. Sendo as obras de Olson, Granovetter e Ostrom, as principais contribuições sobre os aspectos econômicos e sociais das ações coletivas, Wenningkamp (2016) aponta que a partir desses é possível definir os fundamentos da Teoria da Ação Coletiva, além de seis variáveis estruturais.

O primeiro fundamento da Teoria da Ação Coletiva advém de Olson (1999) e refere-se à **racionalidade individual versus racionalidade coletiva**. O autor afirma que, a menos que haja coerção ou algum incentivo além do benefício coletivo que os estimulem a arcar com os custos da ação grupal, eles não agirão em prol do objetivo comum. Assim, os indivíduos somente agirão coletivamente se perceberem que os esforços individuais serão maiores do que os esforços despendidos pelo grupo.

O segundo fundamento da Teoria da Ação Coletiva refere-se ao **tamanho e composição dos grupos**. Para Olson (1999), os grupos menores são mais eficientes, pois nestes os indivíduos estão mais propensos a cooperar e isso se deve a três fatores: a) nos grupos menores, a percepção do benefício alcançado coletivamente é maior para cada indivíduo; b) a presença de *freeriders* é detectada mais facilmente; c) quanto menor o grupo, menor serão os custos organizacionais e de coordenação.

O terceiro fundamento da Teoria de Ações Coletivas refere-se a uma possível característica, a **heterogeneidade do grupo**. Wenningkamp (2016) destaca que a heterogeneidade possui significados diferentes para Olson e Granovetter. Para Olson (1999), a heterogeneidade dos grupos refere-se à heterogeneidade de interesses, de modo que, quanto mais heterogêneo for o grupo, mais negativo será este fator para a provisão do benefício coletivo. Por sua vez, Granovetter (1973) retrata a heterogeneidade dos grupos de acordo com o tipo de laço que une os indivíduos, considerando os laços fortes (família, amigos, parentes) como grupos homogêneos e os laços fracos como grupos heterogêneos (as informações e experiências propagadas são distintas, favorecendo inovações). Assim, a heterogeneidade do grupo é considerada por Granovetter (1973) como um fator positivo para o alcance do objetivo do grupo.

Além dos três fundamentos apresentados, as contribuições de Ostrom (2007) para permitem acrescentar outros fatores que determinam a probabilidade de o indivíduo cooperar, por ela considerados como variáveis estruturais, aos fundamentos da Teoria ora analisada. O primeiro fator é a **comunicação face a face**, apontada por Ostrom (2007) como capaz de aumentar a probabilidade de

cooperação, já que a comunicação está relacionada com o aumento de confiança entre os indivíduos em um ambiente de situações repetidas, uma vez que há uma persuasão moral quando os indivíduos “olham nos olhos” uns dos outros durante uma conversa ou reunião.

O segundo fator é a **forma de função de produção**, abordada por Ostrom (2007) como uma função para demonstrar a quantidade de ações individuais necessárias para gerar determinada quantidade de um benefício coletivo. A autora afirma que a função de produção depende da quantidade de indivíduos no grupo, da disposição do indivíduo em contribuir, da homogeneidade ou heterogeneidade, da sequência de transações entre os indivíduos e da informação gerada por cada ação individual.

O terceiro fator é a **presença de informações sobre ações passadas**, dado como reputação do indivíduo. Caso seja positiva, é considerada como um fator que contribui para o aumento da cooperação, em um ambiente onde ela possa ser construída ao longo do tempo. Nos pequenos grupos, acumular um nível de confiança entre os indivíduos é algo provável, pelo conhecimento que uns têm dos outros. Já em grupos maiores, a reputação é mais difícil de ser alcançada, mas as pessoas podem observar as ações dos outros para saber como agiriam em situações semelhantes (OSTROM, 2007).

O quarto fator é a **forma como os indivíduos estão ligados**. Ostrom (2007) aponta que quando um indivíduo sabe quem está sendo beneficiado com sua contribuição na ação coletiva, haverá maior possibilidade de este cooperar, ao invés das situações onde suas contribuições são espalhadas em um ambiente generalizado, no qual não é possível saber quem será beneficiado.

O quinto fator é a possibilidade de os indivíduos **entrarem e saírem voluntariamente do grupo**, em que Ostrom (2007) aponta que, quando os indivíduos possuem a opção de cooperar ou não cooperar eles escolherão parceiros cuja reputação permita saber se haverá possibilidade de alcançar os objetivos coletivos, mas cada vez que um indivíduo opta por não cooperar, todos os demais indivíduos do grupo sofrem com o retorno zero, ou seja, o benefício gerado por este indivíduo é nulo.

Por último, o fator **liderança** é abordado por Olson (1999) como um fator organizador do grupo, sendo a figura do líder um “empreendedor político” que organiza os esforços dos vários indivíduos para a provisão dos bens coletivos. Moe (1980) destacou que o líder é necessário para o surgimento do grupo, o qual espera também obter benefícios privados com sua ação organizadora sobre a ação coletiva. Nassar (2001, p.42) acrescenta que “a liderança pode ser um

agente de persuasão”, sendo que um grupo que possui uma liderança “proeminente e com reputação” tornar-se-á atrativa para novos indivíduos que se identificam com as ações desta liderança.

Menard (2004) destaca a figura do líder como um fator essencial para o sucesso da ação coletiva, tendo ele o papel de capturar parte da informação e distribuí-la adequadamente entre os parceiros e, neste mesmo sentido, Wenningkamp (2016) aponta que o líder geralmente é um indivíduo de confiança dos membros e capaz de intermediar negociações, de forma a mitigar os custos de transação e pró-ativo na busca de melhores resultados coletivos. Além disso, Tomio e Schmidt (2014) apontam que a visão estratégica e a capacidade de interlocução com agentes externos são princípios da governança coletiva, os quais possibilitam melhores rendimentos a todos os envolvidos na ação grupal.

Com isso, verifica-se que a Teoria da Ação Coletiva gira em torno da observação do modo como os benefícios coletivos são gerados aos membros do grupo. Porém, a mesma teoria afirma a existência de limites e restrições nas ações de cooperação, que permitem a ocorrência de perdas, advindos de falhas quaisquer cometidas pelo grupo. Dessa forma, assim como os benefícios gerados pelo grupo podem ser percebidos por todos os indivíduos que atuam coletivamente, as falhas são arcadas por todos os indivíduos que participam da ação coletiva e influenciam a manutenção e a existência dessas ações (HARDIN, 1995; CALEMAN, 2010; ZYLBERSZTAJN, CALEMAN, 2013).

Zylbersztajn e Coleman (2013) caracterizam as falhas coletivas como contrapontos da cooperação. Ao analisar as falhas sob as perspectivas cruzadas entre a teoria dos jogos não cooperativos³, a questão do enraizamento em estruturas sociais⁴ e as abordagens da Nova Economia Institucional (incentivos, monitoramento de ações, custos de mensuração, custos de transação e alocação de recursos eficientes), Coleman (2010) conclui que as falhas organizacionais ocorrem por influência de alguns fatores: a) tempo de interação dos agentes, b) assimetria informacional, c) falta de delineamento dos direitos de propriedade e d) nível de dependência entre os agentes da transação.

Além disso, Zylbersztajn e Coleman (2013) identificam seis tipos de natureza das falhas organizacionais, as quais são provenientes

³ Os jogos não cooperativos são representados pelos dois modelos emblemáticos “Tragédia dos Comuns” e “Dilema dos Prisioneiros” (OSTROM, 1990).

⁴ Granovetter (1973).

de aspectos internos e externos à firma ou à estrutura complexa, e refletem sobre as várias facetas do ambiente organizacional. O primeiro tipo de falha organizacional apresentado pela autora é a falha de natureza estrutural, identificada a partir da análise do ambiente externo operacional (relações econômicas além mercado, que repercutem no advento da tecnologia e nas variáveis macroeconômicas – juros, oferta, demanda, etc.).

O segundo e o terceiro tipo de falha organizacional são decorrentes das ações dos indivíduos. Uma delas é a falha de natureza cognitiva, que se apresenta como uma “limitação dos indivíduos em analisar de forma acurada” todas as dimensões de um problema, contingências do ambiente, resultados possíveis e características das negociações, e o outro tipo é relacionado às falhas de natureza comportamental, advindos do comportamento oportunístico dos indivíduos.

Os demais tipos de falhas organizacionais correspondem às falhas provenientes das próprias movimentações, transações ou influências da organização. Assim, o quarto tipo de falha organizacional é a falha de natureza informacional, que está atrelada aos aspectos da assimetria de informação, quantidade e qualidade da informação transferida, e o quinto tipo de falhas são as de natureza institucional, que estão ligadas aos aspectos culturais e históricos da organização, bem como aos laços sociais e *path dependence*⁵. O último tipo de falhas são as de natureza política e referem-se às falhas em decorrência das atuações políticas da organização.

Por fim, destaca-se que a Teoria de Ação Coletiva apresenta os incentivos positivos como uma forma de amenizar tais falhas, tornando a ação coletiva viável, apesar das dificuldades existentes. Para isso os incentivos positivos são caracterizados como o bem coletivo e os benefícios à parte obtidos, que incluem o prestígio, o respeito, amizades, além de outros de cunho social, psicológico, político e cultural (OLSON, 1999; BRITO, 2001).

Metodologia de pesquisa

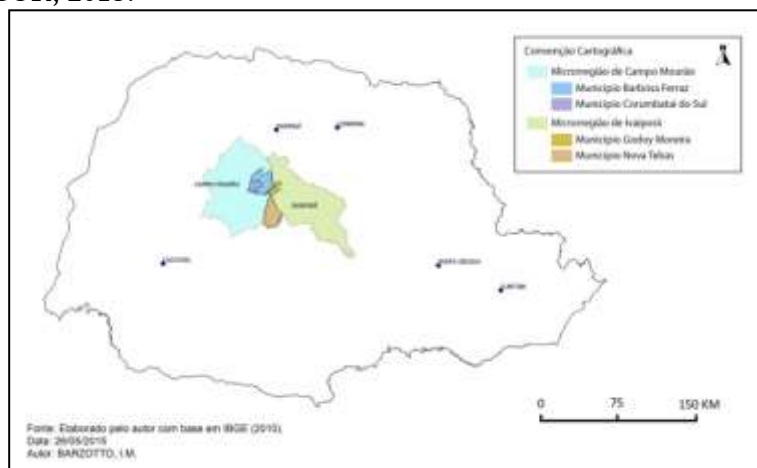
Inicialmente, definiu-se que este estudo possui caráter explicativo. A preocupação central da pesquisa explicativa é identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos e por isso, os resultados da pesquisa empírica, que

⁵ Tradução: trajetória de dependência, entendida pela Nova Economia Institucional como um fenômeno causado pela dependência das ocorrências históricas.

demonstram de que modo as variáveis da ação coletiva influenciam a criação de valor, confirma a necessidade da utilização do método explicativo (GIL, 1999). Em relação à sua natureza, este estudo se caracterizou como pesquisa qualitativa, dada à necessidade de análises das características da realidade coletiva, a fim de conhecê-las em sua totalidade e posteriormente descrever inferências baseadas na teoria da Ação Coletiva.

O estudo empírico foi desenvolvido em torno de um único objeto de pesquisa, o qual exigiu informações detalhadas e análises aprofundadas sobre os atores que compõem a estrutura de governança coletiva. Por esse motivo, este estudo caracterizou-se também como estudo de caso. Assim, utilizou-se como aporte empírico de análise a Associação de Produtores de Corumbataí do Sul – APROCOR, que atua no Sistema Agroindustrial de frutas, a qual foi criada na microrregião de Campo Mourão-PR, mais especificamente, no município de Corumbataí do Sul e posteriormente expandiu-se para o município de Barbosa Ferraz, também pertencente à microrregião de Campo Mourão, e para os municípios de Nova Tebas e Godoy Moreira, que integram a microrregião de Ivaiporã, mediante a inclusão de novos associados. A Figura 1 demonstra a localização geográfica dos agricultores familiares associados à APROCOR.

Figura 1: Distribuição geográfica dos produtores rurais associados à APROCOR, 2015.



Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE (2010).

O principal foco dos produtores rurais que participam da ação coletiva – APROCOR – é a produção de frutas frescas. Em 2015, ano de realização desta pesquisa, a associação contava com o trabalho conjunto de 85 associados, que correspondiam aos associados ativos. Assim, para a definição da amostra de pesquisa, estabeleceu-se como estratégia a utilização de uma amostra não probabilística por acessibilidade, também denominada como amostragem por conveniência, que consiste em “selecionar os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (GIL, 1999). Dessa forma, a amostra de dados compreendeu 26 agricultores e o acesso se deu mediante visita à propriedade rural ou em encontro com o produtor familiar nas imediações da associação.

Para a coleta de dados foram então utilizadas a pesquisa documental, que se efetivou através da consulta à ata constitutiva, ata de reunião de prestação de contas do exercício 2014, bem como os relatórios financeiros (balanço patrimonial e demonstração de resultado) do exercício 2014; além da entrevista não estruturada. Para as entrevistas, foram utilizados roteiros que dirigiam os questionamentos da pesquisa, feitos através de perguntas abertas ao gestor presidente e fundador da associação, ao engenheiro agrônomo do Instituto EMATER, que coordena as atividades regionais de fruticultura, e também aos produtores rurais que integraram a amostra de pesquisa.

Com isso, foi possível identificar a presença de *freeriders* e a forma como prejudicam a divisão dos recursos entre os que cooperam, bem como os desafios e as falhas coletivas. Os dados coletados foram descritos e interpretados à luz da Teoria de Ações Coletivas. Para que os dados pudessem ser analisados de modo a permitir tais confirmações teóricas e novas inferências, utilizou-se o método descritivo.

Resultados da pesquisa

Após aplicação dos métodos e técnicas definidas para este estudo, foi possível realizar a análise da criação de valor a partir das variáveis da Teoria da Ação Coletiva. Com base na análise bibliográfica, que buscava compreender conceitos, fundamentos e modelos teóricos apresentados pela Teoria da Ação Coletiva, definiu-se que as variáveis a serem analisadas neste estudo empírico são: a) Racionalidade individual e racionalidade coletiva; b) Tamanho do grupo; c) Presença de *freeriders*; d) Heterogeneidade de interesses do grupo; e) Heterogeneidade do grupo – laços fracos/laços fortes; f)

Comunicação face a face; g) Forma de função de produção; h) Reputação e Confiança; i) Forma de ligação dos indivíduos; j) Liberdade para entrar e sair do grupo; k) Liderança.

Cumprido destacar que, nesta análise, as inferências sobre a geração de valor foram feitas com base nos resultados positivos e negativos da ação coletiva para os agricultores familiares, ou seja, compreende-se que as variáveis apresentadas pela Teoria da Ação Coletiva, na forma como se apresentam neste caso empírico, que geram benefícios e ganhos para os respectivos atores são fontes de criação de valor e, do mesmo modo, as que geram dificuldades, são fontes de perda de valor para o grupo.

A Associação de Produtores de Corumbataí do Sul – APROCOR

A Associação de Produtores de Corumbataí do Sul foi criada com o objetivo de prestar assistência aos produtores de café da região, estando localizada no município de Corumbataí do Sul, mais especificamente na microrregião de Campo Mourão (Região Centro Ocidental Paranaense). No final da década de 1990, quando a crise do mercado de café e os problemas climáticos afetaram os produtores, estes se mobilizaram e se organizaram de forma conjunta, pois tinham a necessidade de renovar suas culturas. Assim, o cultivo de maracujá azedo (*Passiflora edulis f. flavicarpa*) surgiu como uma grande alternativa, por ser uma cultura orgânica e de baixo custo ao produtor, tornando-se atividade alvo dos produtores, que outrora mantinham o café como monocultura.

A partir disso, a APROCOR tornou-se reconhecida entre os produtores rurais da região, os quais detinham desafios semelhantes, passando a ser elemento integrador, pois se percebeu o grande potencial da cultura do maracujá, com proposta de melhoria da renda dos produtores associados. Assim, a união de produtores trouxe consigo não apenas a implantação da cultura do maracujá azedo, como também o interesse pela diversificação mediante implantação de outras culturas frutíferas. Com o passar dos anos, os produtores integraram em suas propriedades novas culturas, como caqui, morango, uva, laranja, poncã, manga e acerola, contribuindo para o crescimento do setor no município e, conseqüentemente, na região.

Atualmente, a APROCOR possui 85 associados distribuídos entre os municípios de Corumbataí do Sul, Barbosa Ferraz, Godoy Moreira e Nova Tebas. Dentre as ações coletivas promovidas pelos produtores associados, destacam-se os cursos, palestras e dias de campo que promovem o fortalecimento institucional e a capacitação

profissional, além das reuniões de cunho administrativo. Os produtores familiares associados à APROCOR possuem algumas dificuldades, porém desfrutam de inúmeros benefícios ao atuar coletivamente, os quais se apresentam em maior proporção. O Quadro 1 demonstra os benefícios e dificuldades dos agricultores familiares objeto desta pesquisa.

Quadro 1: Benefícios e dificuldades dos produtores familiares associados à APROCOR

Benefícios da Ação Coletiva	Dificuldades da Ação Coletiva
Diversificação, aumento da produtividade e da qualidade dos produtos; Inclusão do agricultor na cadeia produtiva; Comercialização, abertura de novos mercados e aumento do poder de barganha; Escoamento da produção e logística integrada; Aumento e garantia de renda, melhor distribuição de renda entre os membros da família, estabilidade financeira e possibilidade de planejamento financeiro mensal ou periódico, Redução de custos; Redução de riscos; Criação de empreendimento cooperativo; Redução do impacto sofrido com a burocracia das operações comerciais; Criação de parcerias; Aquisição de conhecimento técnico e informações de mercado, assistência técnica; Adequação ambiental e embelezamento da propriedade; Melhoria dos cuidados com a saúde do trabalhador rural; Redução do uso de agrotóxicos; Sentimento de pertencimento local, orgulho, status e satisfação pessoal, melhoria da auto estima; Permanência da família no meio rural e inclusão do trabalho feminino e do jovem no campo.	Compreensão em relação aos preços; Aversão ao risco; Falta de confiança entre os indivíduos que participam da ação coletiva e agentes que a integram; Heterogeneidade de interesses entre os indivíduos; Ausência de corpo técnico suficiente; Prazos de recebimento oferecido pela associação e cooperativa; Planejamento de produção insuficiente; Influência negativa de grupos externos de interesse; Presença de freeriders; Oportunismo dos agentes; Possibilidade de existência de trabalho infantil.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A partir desses dados, foi possível a análise da influência (positiva/negativa) das variáveis apresentadas pela Teoria de Ação Coletiva na geração de valor ao grupo.

Variáveis da Ação Coletiva que interferem na criação de valor da APROCOR

Após identificação dos benefícios e dificuldades da Ação Coletiva, foi possível a análise da criação de valor ao grupo – APROCOR – a partir das variáveis apresentadas pela Teoria de Ação Coletiva, caracterizadas como fatores de influência na probabilidade de os indivíduos cooperarem. Inicialmente, foi evidenciado que algumas variáveis da Teoria de Ação Coletiva, por si só, são fontes de perda ou geração de valor para o grupo, além de que as interações havidas entre algumas variáveis também resultam em valor gerado/perdido pela APROCOR. Para isso, cada uma das variáveis da Teoria de Ação Coletiva foi analisada individualmente.

Em primeiro lugar, observou-se que a racionalidade dos indivíduos tem se apresentado como uma fonte, tanto positiva quanto negativa, para a criação de valor do grupo. De modo positivo, a **racionalidade individual versus racionalidade coletiva** demonstrou que, apesar das dificuldades enfrentadas pelos produtores familiares, algumas delas resultantes da própria atividade rural e outras da interação com outros indivíduos de forma coletiva, a maioria dos indivíduos trabalham com a fruticultura objetivando melhores resultados para a associação ou um resultado equilibrado, que cumpra o interesse do grupo, mas que supra suas necessidades e esteja ao seu alcance. Nesses casos, o equilíbrio entre as racionalidades individual e coletiva apresentou-se como fonte de criação de valor. De modo negativo, alguns indivíduos trabalham apenas em prol de seus resultados individuais, agem de forma oportuna, aguardando os resultados financeiros positivos dos demais indivíduos para posteriormente decidir por cooperar ou não, ou então se convencem da não necessidade de cooperar, pois terão resultados individuais de igual forma. Nesse sentido, há atrasos na geração do valor que possivelmente poderia ser acrescido à ação coletiva, ou perda de parte do valor total gerado pelo grupo. A validade dessa inferência se faz presente nos estudos de Olson (2007), ao mencionar que, mesmo que os benefícios coletivos não alcancem o nível ótimo, haverá cooperação por parte dos indivíduos que perceberem os ganhos individuais, e se perceberem que esses ganhos são maiores se agirem coletivamente.

Por se tratar de um grupo relativamente pequeno e classificar-se como intermediário, a variável **tamanho do grupo** tem se apresentado como um fator que possibilita a geração de valor à APROCOR. Observou-se que o grupo classifica-se como intermediário, pois não há possibilidade de obtenção de um benefício suficientemente grande para que o produtor rural sustente sozinho o custo da ação coletiva, exigindo coordenação para que haja resultados positivos, além de que o benefício coletivo e a contribuição dos demais indivíduos são facilmente percebidos uns pelos outros (OLSON, 1999). Essa condição favorece um equilíbrio entre a racionalidade individual e a racionalidade coletiva, promovendo a geração de valor, conforme mencionado anteriormente.

Além da interação positiva entre as variáveis tamanho do grupo (no caso dos grupos pequenos) e a racionalidade individual *versus* racionalidade coletiva, o tamanho do grupo também possibilita a geração de valor quando há presença de confiança. Apesar de o grupo ser pequeno, a percepção dos produtores é de que participam de um grupo grande. Isso se deve ao fato de que a APROCOR mantém parcerias com várias instituições, integra produtores de todo o entorno do município e possibilitou a criação do maior empreendimento do município, a Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul – COAPROCOR, que também integra produtores rurais de várias outras regiões do Paraná. Dessa forma, permanece no pequeno grupo (por essência) a possibilidade de maior percepção dos benefícios e, para fins de comercialização, há uma percepção de “segurança”, que se remete à percepção de estabilidade ou ao sucesso do grupo identificado como grande. Com isso, percebe-se a importância da confiança do indivíduo para com a entidade que o integra, pois sendo um grupo pequeno e havendo confiança em relação à estrutura coletiva, há incentivos positivos para a participação e, conseqüentemente, para a possibilidade de criação de valor para o grupo.

Sob outro aspecto, a **confiança** existente entre alguns produtores rurais tem favorecido diversas ações em conjunto, como a troca de informações, o compartilhamento de recursos e o planejamento de produção, surgindo como um incentivo positivo e de tendência à cooperação entre os associados. Isso se dá através da existência da associação, oferecendo suporte e condições para profissionalização dos agricultores associados, aliada à presença de confiança que depositam em indivíduos que possuem perspectivas semelhantes, resultando numa tendência mútua a cooperar (reciprocidade). Nesse sentido, a confiança existente entre os

produtores rurais surge como uma variável que potencializa a criação de valor para o grupo, uma vez que há uma forte aversão ao risco na pequena propriedade de produção rural e o agricultor sente a necessidade de ter bases consolidadas para fundamentar seu trabalho. Do mesmo modo, mas excluídos os casos onde há oportunismo, identificou-se a reputação entre os indivíduos como um fator que também favorece a cooperação. É comum dentre o grupo o uso de “modelos de produção”, mediante exposição de *cases* que promoveram a diversificação em suas propriedades e obtiveram sucesso em suas atividades. Para esses casos, observou-se a existência da reputação, assim como a confiança, como um incentivo positivo para a cooperação.

Ser sócio da APROCOR é gratificante e o resultado é muito bom. Sinto o reconhecimento que as pessoas tem por saberem o tanto que eu produzo, que sou ativo nos trabalhos da associação, que meus produtos vão para a indústria, para a merenda escolar, além de conhecerem minha propriedade e verem ela como modelo. (Entrevistado A – produtor rural)

Por outro lado, mesmo havendo vínculos firmados com os demais produtores através da associação, se houver ausência de confiança, a aversão ao risco possibilita a existência de oportunismo e a proliferação de *freeriders*. Identificou-se que a ausência de confiança, se aliada à **heterogeneidade de interesses**, propicia a redução dos níveis de cooperação, ou seja, os níveis de cooperação possivelmente serão reduzidos caso haja falta de confiança entre os produtores e se os mesmos não atuarem sob as mesmas perspectivas. Nessas situações, percebeu-se forte desequilíbrio entre a racionalidade individual e a racionalidade coletiva, induzindo o produtor rural a agir de acordo com suas perspectivas individuais, mesmo quando atribui a si a necessidade de participar da ação coletiva para que sua produção rural se sustente. Consequentemente, pode-se inferir que a confiança existente entre os produtores rurais canaliza a geração de valor, mas a ausência da mesma reduz a geração de valor futuro. Há ainda maior generalização da perda de valor gerado pelo grupo nos casos onde há oportunismo e **presença de free-riders**, uma vez que são resultantes de falhas coletivas, e que, consequentemente, possibilitam a dissipação do valor criado pelo grupo (CALEMAN, 2010). Essa condição identificada no grupo corrobora com Ostrom (2007), que aponta a confiança, a

reciprocidade e a reputação como fatores que contribuem para o aumento ou diminuição dos níveis de cooperação entre os indivíduos.

Ainda sobre a **heterogeneidade do grupo**, observou-se que, com o passar dos anos, os associados tornaram seus relacionamentos caracterizados como laços fortes, pois além da proximidade de suas propriedades e alguns laços de parentesco e amizade entre todos, há presença de confiança e reciprocidade, bem como forte presença de troca de informações. Simultaneamente, percebeu-se que há divergentes opiniões entre o grupo. Granovetter (1973) demonstra a homogeneidade de laços como um fator negativo para a propagação de inovação dentro o grupo e, conseqüentemente, isso reduz os níveis de geração de valor. Porém, a existência de divergência de opiniões, resultante das experiências e perspectivas individuais, conduz à existência simultânea de heterogeneidade, o que, para o mesmo autor, favorece inovações. Assim, a existência de laços fortes no grupo não impossibilita a geração de valor através da ação coletiva, se os indivíduos possuem opiniões divergentes e há aproveitamento a partir do consenso entre o grupo, e se há experiências distintas e essas experiências são compartilhadas.

A **comunicação face a face** desenvolvida na APROCOR tem se apresentado como fator de grande importância para a promoção das ações de interesse coletivo, uma vez que há a troca de informações entre os produtores rurais, desde as perspectivas individuais, experiências no manejo das culturas, condições de preço e mercado e demais informações sobre a produção de frutas, até a exposição de erros e acertos, bem como palpites e conselhos individuais. Essas informações são trocadas entre os produtores rurais associados, com a finalidade de compartilhar experiências e promover a diversificação, mas são promovidas também para além dos associados, de modo a alcançar outros produtores da região, com o intuito de incentivá-los a aderir à associação e a participar da ação coletiva. Muito embora essa variável da Teoria da Ação Coletiva se apresente como um fator que, somente após as repetidas interações entre os indivíduos, através do aumento da confiança, propicia o aumento dos níveis de cooperação (OSTROM, 2007), possui capacidade de eficiência suficiente a fim de permitir a geração de valor ao longo do tempo.

Esse incentivo promovido pelo grupo tem sido um eficiente mecanismo de promoção da associação, porém, a **liberdade de entrar e sair do grupo** tem apresentado aspectos positivos e negativos para a ação coletiva. Há facilidade para tornar-se associado, e esta mesma facilidade oferecida para deixar de ser membro do grupo, tem dificultado a elevação do valor gerado pelo grupo. Isso ocorre porque o

objetivo comum é a comercialização e os contratos atuais firmados pela APROCOR em conjunto com a COAPROCOR têm exigido volume de produção, porém essas quantidades não são atingidas, com exceção do maracujá. Para as demais frutas, há uma demanda elevada durante todo o ano, porém falta oferta. Essa situação é reconhecida pelos agricultores, que a veem como um fator positivo, pois demonstra a capacidade de comercialização e conseqüente segurança para suas atividades individuais. No entanto, as falhas cognitivas presentes no grupo, principalmente a aversão ao risco, impede o aumento dos níveis de cooperação ao assumirem a condição de produzir mais ou mais variedades e, em alguns casos, a desistir de cooperar.

“Temos a dificuldade de fazer o produtor assimilar que ele é associação, que a cooperativa só vai conseguir comercializar mais, tudo o que tem nos contratos com o governo, se ele produzir isso tudo.”
(Entrevistado D – produtor rural e presidente da cooperativa)

Assim, essa liberdade oferecida para cooperar ou não, é positiva no sentido de não coagir e tornar a cooperação algo racional e voluntário. Porém, conforme aponta Ostrom (2007), a não cooperação reduz o nível de benefícios gerados pelo grupo, ou seja, ocasiona a perda de valor. Durante as entrevistas, alguns produtores rurais relataram que somente haverá prejuízos para a associação caso muitos produtores desistam da ação coletiva de uma única vez. Outros mencionaram ainda que, quando os produtores rurais desistem de cooperar, não há prejuízos para o grupo, uma vez que há mais indivíduos participando da ação coletiva, do que deixando de participar. Essas percepções reforçam a ideia de que alguns indivíduos não compreendem que as parcelas individuais de contribuição são fundamentais para aumentar o nível de provimento do bem coletivo (OSTROM, 2007).

Essa mesma situação exige ainda observar a **forma como os indivíduos estão ligados**. Os dados empíricos revelaram que os produtores familiares estão ligados por intermédio da associação por necessidade, uma vez que as condições edafoclimáticas da região, a localização distante de grandes centros de comercialização e as condições de mercado exigem o trabalho conjunto para que haja sobrevivência das atividades rurais de pequeno porte. Com isso, de forma unânime, os produtores rurais reconhecem que possuem

benefícios, pois há um esforço conjunto com a associação, no entanto, somente alguns reconhecem que o trabalho em associação é essencial.

Essa percepção do benefício individual que promove maior nível de benefício coletivo é explicada por Granovetter (1973), como algo que promove a cooperação, pois quando os indivíduos não percebem suas parcelas individuais de benefício pela participação na ação coletiva, haverá menor probabilidade de cooperarem. Assim, a forma como os indivíduos estão ligados pode ser uma fonte tanto de geração, quanto de perda do valor gerado pelo grupo, uma vez que há a necessidade de os indivíduos compreenderem a importância da parcela de suas contribuições. Se há percepção do retorno pelos esforços coletivos, haverá maior possibilidade de participação e conseqüente aumento dos níveis de provisão dos benefícios. Do contrário, haverá perda do valor a ser gerado pelo grupo.

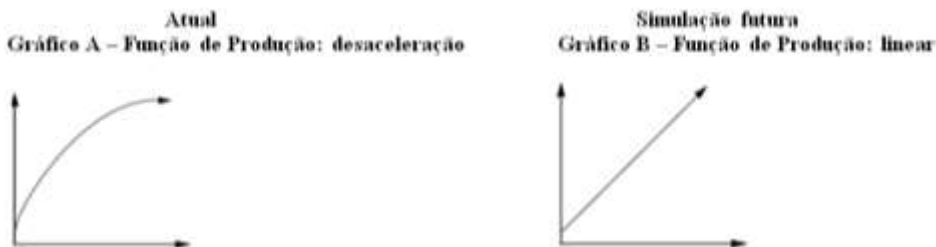
Com base nessas informações e em conjunto com as características dessa ação coletiva, pode-se ainda fazer inferências quanto à **forma de função de produção** dos produtores familiares. As características do grupo para determinação dessa função são:

- a) Quantidade de indivíduos no grupo: 85 associados, grupo pequeno com possibilidade de crescimento na região;
- b) Disposição de cada indivíduo em contribuir: há uma mescla entre o grupo, alguns estão muito dispostos, outros menos. Alguns associados estão inativos na fruticultura;
- c) Homogeneidade ou heterogeneidade: há homogeneidade de laços, pouca incidência de heterogeneidade de opiniões, mas há grande nível de compartilhamento de informações;
- d) Frequência de transações entre os indivíduos: frequente;
- e) Informação gerada por cada ação individual: total compartilhamento de informações.

Assim, é possível definir que atualmente a associação possui função de produção do tipo desaceleração (Figura 1 – Gráfico A), uma vez que há provisão do bem coletivo suficiente para tornar a ação coletiva viável, no entanto, há incidência de não cooperação por parte de alguns associados. Isso leva à presunção de que, caso haja aumento na quantidade de indivíduos no grupo, haverá diminuição dos benefícios coletivos, principalmente através da redução da capacidade de assistência técnica, sendo a parcela individual de benefícios sempre menor do que o nível ótimo (OSTROM, 2007). Apesar disso, é possível que a associação apresente a função de produção do tipo linear (Figura 1 – Gráfico B), caso haja aumento na disposição de cada indivíduo em contribuir, o que poderá ser feito mediante diversificação das

propriedades e maior compreensão sobre a importância da racionalidade coletiva.

Figura 1: Funções de produção da APROCOR



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Percebeu-se que há uma intensificação no trabalho da liderança para que haja a promoção dessa função de produção da associação. Há relatos da associação que justamente reforçam essa possibilidade de aumento da geração de valor pelo grupo se houver apenas maior nível de cooperação pelos produtores rurais que já são associados, bem como se estes promoverem a diversificação de suas culturas e atuarem de modo a melhorar a qualidade da lavoura e dos produtos que já estão implantados.

“Alguns até implantam alguma coisa diferente, um morango, abacaxi... Mas escolhem o pior cantinho da propriedade para isso, não investem em algo que dê um retorno melhor, que seja melhor pra trabalhar.”
(Entrevistado D – produtor rural)

A forte atuação da **liderança** tem sido um diferencial para o sucesso do grupo. Em primeiro lugar, observou-se o reconhecimento que os produtores rurais têm em relação à liderança, tanto como agente canalizador de benefícios coletivos, quanto como produtor rural de referência. Dos eventos coletivos promovidos pela associação, identificou-se que alguns deles foram realizados na propriedade do líder da associação, cuja diversificação de culturas é modelo, e tem sido fator de atratividade para os demais membros. Todas essas características presentes na liderança corroboram os estudos de Olson (1999), Zylbersztajn e Farina (1999), Nassar (2001), Schmidt (2012), Wenningkamp (2016), o que evidencia um dos motivos do sucesso da ação coletiva, bem como o acréscimo de valor ao grupo.

Por fim, optou-se por acrescentar as **parcerias** firmadas pela associação como fator que propicia a geração de valor ao grupo, mesmo não sendo esta uma variável da Teoria da Ação Coletiva e sim uma prerrogativa à formação de uma rede. Isso se deve ao fato de que, além das parcerias, por si só, proporcionarem grande parcela de benefícios à APROCOR, a interação dessas parcerias com outras variáveis da ação coletiva também influenciam positivamente a geração de valor. Essa condição corrobora os estudos de Schmidt (2012), que evidencia a possibilidade de sinergias benéficas e externalidades positivas em empreendimentos coletivos a partir da formação de parcerias de cooperação, bem como a criação de valor para a cadeia produtiva e a comunidade local.

Cabe ressaltar a importância das parcerias estabelecidas entre a APROCOR, o Instituto Emater e a Secretaria Municipal de Agricultura para a formação da COAPROCOR. Atualmente, o valor atribuído ao grupo e aos produtos provenientes da agricultura familiar da região de Corumbataí do Sul são resultados do trabalho conjunto de todos esses agentes. Além disso, a qualidade dos produtos, o aumento da produtividade, a adequação ambiental das propriedades e social das famílias, o nível de assistência técnica e informação proveniente do grupo são externalidades positivas geradas a partir da formação de parcerias entre os mesmos agentes. Da mesma forma, essas parcerias possibilitam o fortalecimento do grupo, surgindo como incentivo à cooperação e resultando num impacto positivo direto ao agricultor familiar e as suas respectivas famílias na forma de valor.

A partir do exposto, no Quadro 1 demonstra-se um resumo da influência das variáveis da Teoria da Ação Coletiva na criação de valor do grupo estudado.

Quadro 1: Variáveis da Teoria da Ação Coletiva que interferem na criação de valor

Variável da Teoria da Ação Coletiva	Fator de influência encontrado	Forma de influência na criação de valor
Racionalidade individual versus racionalidade coletiva	Alguns indivíduos trabalham/ tomam decisões de modo a cumprir os interesses da associação e a suprir os interesses pessoais.	positiva
	Alguns indivíduos trabalham/ tomam decisões apenas para suprir seus interesses pessoais.	negativa
Tamanho do grupo (intermediário)	Não há possibilidade de o grupo gerar um benefício grande o suficiente para um indivíduo, de modo que apenas ele arque com os custos totais da ação coletiva. Há necessidade de coordenação, o que está ocorrendo.	positiva
Tamanho do grupo (intermediário) aliado à Confiança	Os indivíduos percebem os benefícios individuais e sentem-se seguros em participar de uma ação coletiva estável.	positiva
Confiança	Entre alguns associados há troca de informações, compartilhamento de recursos e planejamento em conjunto de produção, favorecendo a redução de aversão ao risco.	positiva
	Alguns indivíduos agem oportunisticamente e existem freeriders.	negativa
Confiança aliada à Heterogeneidade de interesses	Alguns indivíduos agem oportunisticamente e existem freeriders.	negativa
Freeriders	Alguns indivíduos diversificam a produção apenas quando veem resultados positivos dos demais, atribuem os resultados negativos à associação, não participam e/ou tomam decisões por motivações pessoais.	negativa
Heterogeneidade do grupo (laços fortes)	Apesar de existir proximidade entre os indivíduos, laços de parentesco e amizade, há experiências distintas, compartilhamento de informações e aproveitamento das opiniões divergentes através do consenso.	positiva
Comunicação face a face	Há troca de informações e compartilhamento de experiências distintas entre os indivíduos.	positiva
Liberdade para entrar e sair do grupo	Os indivíduos não são coagidos a cooperar e trabalham/tomam decisões de modo a cumprir os interesses da associação e a suprir os interesses pessoais.	positiva
	Alguns indivíduos podem desistir da fruticultura por aversão ao risco.	negativa
Forma como os indivíduos estão ligados	Os indivíduos estão associados por necessidade de melhores condições de comercialização.	positiva
	Alguns indivíduos não percebem que a associação traz maior parcela de benefícios em relação a riscos e a dificuldades na fruticultura.	negativa
Liderança	O líder é reconhecido positivamente pelos associados na sua atuação.	positiva
Parcerias	As parcerias firmadas com instituições públicas e privadas têm favorecido diversos benefícios aos associados, à associação, além de gerar externalidades positivas para a comunidade local.	positiva

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Esta análise possibilitou concluir que as variáveis apresentadas pela Teoria da Ação Coletiva, de forma independente ou em interação umas com as outras, são capazes de possibilitar a geração e também a perda de valor ao grupo. Em suma, o estudo empírico demonstrou que são influências positivas para a geração de valor as seguintes variáveis: a) Tamanho do grupo (intermediário); b) Tamanho do grupo (intermediário) aliado à confiança; c) Heterogeneidade do grupo (laços fortes); d) Comunicação face a face; e) Liderança; f) Parcerias.

O estudo demonstrou também que as variáveis “*Freeriders*” e “Confiança” quando aliada à “Heterogeneidade de interesses” apresentam-se como influências negativas para a criação de valor. Do mesmo modo, podem se apresentar tanto como influência positiva, quanto negativa para a criação de valor as seguintes variáveis: a) Racionalidade individual *versus* racionalidade coletiva; b) Confiança; c) Liberdade para entrar e sair do grupo; d) Forma como os indivíduos estão ligados.

Por fim, destaca-se ainda a “racionalidade individual *versus* a racionalidade coletiva” como uma variável da Teoria da Ação Coletiva que possui capacidade de influência sobre todas as demais variáveis, uma vez que reflete a forma de compreensão e, conseqüentemente, a atitude dos indivíduos na atuação conjunta com os demais indivíduos.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo central a análise da influência (positiva e/ou negativa) das variáveis da Teoria de Ação Coletiva sobre a criação de valor aos produtores familiares associados à APROCOR. Pôde-se concluir que as variáveis apresentadas pela teoria (GRANOVETTER, 1973; OSTROM, 1990; OLSON, 1999) podem exercer influência de diferentes formas sobre o valor a ser gerado pelo grupo, ou seja, as características do grupo aliadas à forma como a ação coletiva se efetiva proporcionam diferentes resultados na criação de valor. Ficou evidenciado que a variável “racionalidade individual *versus* a racionalidade coletiva” apresenta-se como a principal variável de influência (positiva/negativa) para a geração de valor, uma vez que reflete a forma como os indivíduos atuam nas ações promovidas pelo grupo, interferindo ainda na forma de influência de outras variáveis da Teoria da Ação Coletiva na geração de valor.

Cabe mencionar as limitações desta pesquisa, que reside na escolha de um estudo empírico isolado, cujos resultados são exclusivos para os atores deste estudo, podendo haver variações das conclusões presentes nesta pesquisa em estudos empíricos fundamentados em

outras regiões do país, que abrangem outras atividades rurais ou ainda, que agreguem atores diferenciados aos presentes nesta pesquisa. Por isso, destaca-se a necessidade de outras pesquisas que incluam estudos multicasos buscando responder ao mesmo problema desta pesquisa, de modo a confirmar a partir de outras realidades os achados empíricos aqui firmados.

Referências

BRITO, Carlos M. *Towards an institutional theory of the dynamics of industrial networks*. **Journal of Business & Industrial Marketing**, v. 16, n. 3, p. 150-166, 2001.

CALEMAN, S. M. Q. **Falhas de coordenação em sistemas agroindustriais complexos**: uma aplicação na agroindústria de carne bovina. 2010. 200 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRANOVETTER, Mark. The strength of the weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

HARDIN, Russel. **One for All: The Logic of Group Conflict**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

MENARD, C. The economics of hybrid organizations. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, v. 160, n. 3, p. 345-376, 2004.

MOE, Terry. A calculus of group membership. **American Journal of Political Science**, v. 24, n. 4, p. 593-632, 1980.

NASSAR, André M. **Eficiência das associações de interesse privado nos agronegócios brasileiros**. 2001. 234 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. EUA: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, Elinor. *Collective Action and Local Development Processes*. **Sociologica**. Bologna, 2007.

POWELL, Walter W. Neither market nor hierarchy: network forms of organization. **Research in Organizational Behavior**. (S.1), v. 12, p. 295-336, 1990.

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SAES, Maria Sylvia Macchione. **Estratégias de diferenciação e apropriação da quase-renda na agricultura: a produção de pequena escala**. 2008. Tese (Livre Docência em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração, Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SCHMIDT, C. M. **Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

TOMIO, M.; SCHMIDT, C. M. Governança e ações coletivas no turismo regional: a experiência dos empreendedores da Região Oeste do Paraná. **Revista Turismo – Visão e Ação - Eletrônica**, v. 16, n. 3, set./dez. 2014.

WENNIGKAMP, K. R. **Ações coletivas no agronegócio: uma análise da produção científica no Brasil (1990 a 2013)**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade do Oeste do Paraná, Toledo, 2015.

WICKERT, S. **Associativismo e Cooperativismo para Produtores Rurais**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2007.

ZYLBERSZTAJN, Decio; CALEMAN, S. M. Q. Falhas organizacionais: tipologia, determinantes e proposta de modelo teórico. **Revista OES**, v. 20, n. 65, p. 261-282, abr./jun. 2013.

ZYLBERSZTAJN, Decio; FARINA, Elizabeth. Dynamics of network governance: a contribution to the study of complex forms. **Série Working Paper n. 03/026**, São Paulo, 2006.